



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005304-21.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Ribeiro Petrete Comercio de Sistema de Segurança Ltda-me**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ser cliente da ré há mais de dez anos e que em janeiro de 2016 recebeu por intermédio de consultora dela oferta de plano de telefonia pelo valor mensal de R\$ 190,00, aceitando-o.

Alegou ainda que a ré passou a efetuar cobranças em montantes diversos e superiores, tendo acolhido reclamações que levou a cabo, até que a partir de agosto de 2016 deixou de fazê-lo.

A preliminar de incapacidade processual da autora arguida pela ré em contestação não merece vingar.

Isso porque os documentos de fls. 15/20 afiguram-se-me suficientes para estabelecer a certeza de que ela pode demandar nessa sede, de sorte que rejeito a prejudicial suscitada.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No mérito, o contrato de fls. 22/23 está em consonância com os termos da petição inicial, correspondendo à proposta de fl. 21.

Patenteia-se a partir desses elementos que o plano contratado pela autora junto à ré importava o pagamento mensal de R\$ 190,00.

Por outro lado, a ré em momento algum na peça de resistência impugnou os fatos articulados pela autora, especialmente quanto às cobranças em patamar diverso do assinalado.

Preferiu tecer considerações genéricas a propósito da inexistência de ilicitude de sua conduta, deixando todavia de fornecer explicação específica que a justificasse ou de negar que por diversos meses corrigiu os valores das faturas emitidas a partir de reclamações da autora, que acolheu.

Não ofertou, ademais, uma única prova documental que denotasse a existência de respaldo em seu favor.

Esse cenário conduz à certeza de que a postulação vestibular deve prosperar para que a decisão de fls. 50/51 se torne definitiva.

O contrato de fls. 22/23 deverá assim ser integralmente cumprido pela ré, tocando-lhe a realização de cobranças mensais de R\$ 190,00 durante 24 meses, tal como pleiteado pela autora.

Solução diversa aplica-se ao pedido de ressarcimento de danos morais.

Como o assunto concerne a pessoa jurídica, sabe-se que a indenização pertinente passa pela comprovação do abalo de sua imagem e há de ser precisa, como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça:

“Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito” (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).

No mesmo sentido: Apelação nº 0123816-35.2008.8.26.0100.

Assentada essa premissa, assinalo que a autora não produziu provas de que os fatos noticiados renderam ensejo a abalo à sua imagem perante terceiros, valendo destacar que o ônus no particular era dela como expressamente consignado na parte final do despacho de fl. 130.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A condenação às verbas de sucumbência, por fim, encontra óbice na expressa regra do art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para tornar definitiva a decisão de fls. 50/51.

Expeça-se em favor da ré mandado de levantamento quanto ao depósito de fl. 108.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 08 de agosto de 2017.

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--